

MARINHA DO BRASIL
CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Manaus, AM, na data da assinatura.

PARECER DE INTERFERÊNCIA PRÉVIA (PIP)

A Autoridade Marítima, em relação à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário, **NADA TEM A OPOR** à obra requerida. O presente parecer não implica em autorização ou aval à obra pretendida por não ser objeto da competência da MB, nem exime o requerente do cumprimento de exigência de outros órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal, prevista na legislação em vigor.

Este Parecer tem caráter **DEFINITIVO**, considerando a possibilidade de alteração futura da posição ou a sua retirada do local da obra, prevista no item 2.3.1 da NORMAM-303/DPC, em face da necessidade de reordenamento do espaço aquaviário ou da segurança da navegação.

NOTA: Caso tenha sido obtido parecer favorável, o requerente deverá:

- 1) informar o início e término dos serviços à CP/DL/AG, para avaliação da necessidade de divulgação em Avisos aos Navegantes e/ou Avisos-Rádio Náuticos. Somente as obras sob e sobre águas, localizadas em áreas cartografadas pela DHN, e com pelo menos uma de suas dimensões horizontais superiores a vinte metros, serão divulgadas;
- 2) após sessenta dias do término da obra (exclusivamente para aquelas que possuam pelo menos uma de suas dimensões horizontais superiores a vinte metros), apresentar na CP/DL/AG a PFS em mídia digital removível, georreferenciada em relação à carta náutica, em formato compatível com os sistemas CAD (DXF ou DWG), conforme as instruções constantes do anexo 1-A.
- 3) em até sessenta dias após o término da obra, o proprietário da obra deverá apresentar laudo técnico declarando que a estrutura flutuante instalada apresenta condições satisfatórias de estabilidade, estanqueidade e fluviabilidade, devidamente assinado por Engenheiro Naval, com emissão de ART, caso esta seja parte integrante da estrutura fixa.
- 4) A obra deverá ser concluída no prazo de quatro anos a partir deste parecer, devendo ser observado o estabelecido no item 1.1 do Capítulo 1 da NORMAM-303/DPC.

Eu, _____, CPF/CNPJ: _____, Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ residente: _____ CEP: _____ - _____ Tel (____) _____ - _____ e-mail: _____, Vem requer a Vossa Senhoria a emissão de Parecer para realização da: **CONSTRUÇÕES DE CAIS, PIÉRES, TRAPICHES, RAMPAS, PASSARELAS, LOCAIS DE GUARDA DE EMBARCAÇÃO OU DEMAIS OBRAS DESTINADAS AOS CLUBES NAÚTICOS, MARINAS, CONDOMÍNIOS, RESIDÊNCIAS, TERMINAIS PESQUEIROS DE PEQUENO OU MÉDIO PORTE OU TERMINAIS DE PASSAGEIROS DE PEQUENO OU MÉDIO PORTE.**

(O NOME DA OBRA)

Nome da obra pretendida

Coordenadas geográficas: **LAT** ° ' " **S** / **LONG** ° ' " **W**, de acordo com o item 2.3.1 da NORMAM-303/DPC.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____/____/_____.
(local) (dia) (mês) (ano)

(Assinatura do Requerente)

- OBS.** 1 - As CP/DL/AG deverão postar no **VERSO** do presente requerimento todas as exigências que porventura tenham sido apontadas durante o processo e discriminar no espaço destinado ao despacho se o parecer é provisório ou definitivo;
- 2 - A emissão do **PARECER FINAL** da Autoridade Marítima estará condicionada ao cumprimento das exigências por parte do interessado junto à CP/DL/AG de origem do processo da obra; e
- 3 - Deverá ser apensada ao presente requerimento toda a documentação exigida na presente norma afeta a obra pretendida.